



**Serviço Nacional de
Aprendizagem Rural – AR/MT**

**Relatório de Gestão
Exercício 2010**



SUMÁRIO

A.	PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL	4
1.	Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.	4
1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	4
2.	Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010	5
2.1	Responsabilidades institucionais da unidade	5
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	6
2.3	Desempenho Orçamentário/Financeiro	36
2.3.1	Programação Orçamentária da Despesa	36
2.3.1.1	Programação de Despesas Correntes	36
2.3.1.2	Programação de Despesas de Capital	37
2.3.1.3	Quadro Resumo da Programação de Despesas	37
2.3.2	Execução Orçamentária da Despesa	38
2.3.2.1	Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	38
2.3.2.1.1	Despesas por Modalidade de Contratação	38
2.3.2.1.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	38
2.3.2.1.3	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	39
3.	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.	40
3.1	Quadro de recursos humanos	40
3.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	42
4.	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.	43
4.1	Transferências efetuadas no exercício	43
4.1.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	43
4.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	44
4.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	44
5.	Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 107, de 27/10/2010.	45
5.1	Declaração de bens e rendas (DN 63/107, Lei 8.730)	45
6.	Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 107, de 27/10/2010	46
6.1	Estrutura de controles internos da UJ	46
7.	Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 107, de 27/10/2010.	49
7.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	49
8.	Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº107, de 27/10/2010.	51
8.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros	51
9.	Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU Nº 107, de 27/10/2010.	52
9.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	52
10.	Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 107, de 27/10/2010.	54
10.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	54
10.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	54
B.	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	56
11.	Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 107, de 27/10/2010	56
11.1	Declaração do contador responsável	56
12.	Parte B, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 107, de 27/10/2010	57
12.1	Demonstrações contábeis previstas na Lei no. 4.320/64	57
13.	Parte B, Item 5, do Anexo II da DN TCU N.º 107, de 27/10/2010	66
13.1	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis	66



A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

1.1 Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: N/A			
Órgão de Vinculação: N/A		Código SIORG: N/A	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural			
Denominação abreviada: SENAR-AR/MT			
Código SIORG: N/A	Código LOA: N/A	Código SIAFI: N/A	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão que arrecada e/ou gerencia contribuições parafiscais			
Principal Atividade: Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			Código CNAE: 85.99-6-99
Telefones/Fax de contato:	(65) 3928-4800	(65) 3928-4898	(65) 3928-4803
E-mail: senar@senarmt.org.br			
Página na Internet: http://www.senarmt.org.br			
Endereço Postal: Rua Engº Edgard Prado Arze, S/N Quadra 1 – Setor A - CPA -Centro Político Administrativo, CEP: 78050-970 - Cuiabá-MT			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº. 8.315 de 23 de dezembro de 1991, publicada no DOU em 24/02/1991; Decreto Nº. 566 de 10/06/1992, publicado no DOU11/11/1992; Portaria nº. 009/94 de 04 de abril de 1994, do Presidente do Conselho Deliberativo, com base no inciso X do Art. 15 do Regimento Interno do SENAR - Administração Central			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do SENAR			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do SENAR			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	N/A		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	N/A		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora: N/A		Código SIAFI da Gestão: N/A	



2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

O SENAR-AR/MT atua na esfera da educação não formal, no cumprimento de sua missão de atualizar, aperfeiçoar e qualificar produtores, trabalhadores rurais e suas famílias, pelo oferecimento de eventos educacionais de Formação Profissional Rural e Promoção Social.

A Instituição desenvolve suas ações, tanto de formação profissional rural, quanto de atividades de promoção social, na própria comunidade onde reside o trabalhador ou produtor rural, ou seja, na propriedade onde trabalha.

Tem como área de abrangência todos os municípios do estado e para consecução de seus objetivos, prioritariamente são desenvolvidas as ações através de parcerias, como Sindicatos Rurais, Prefeituras Municipais, Associações de Produtores ou Trabalhadores, Organizações Não Governamentais, Institutos de Educação, Universidades, entre outros.

Durante o ano de 2010, foram estabelecidas parcerias com 86 Sindicatos Rurais, 14 Prefeituras Municipais e outras parcerias diretas como as Secretarias Municipais de Estado.

O SENAR tem como objetivo primordial auxiliar nos programas que fazem parte das políticas do governo federal e estadual, como a formação profissional dos trabalhadores da agricultura familiar e em programas e ações públicas estaduais como o combate à febre aftosa e à brucelose, formando agentes em saúde animal.

Também participa do desenvolvimento de várias cadeias produtivas, colocando a Instituição responsável pela qualificação dos trabalhadores e produtores rurais em uma ação coordenada estadual. São exemplos a cadeia do leite, cadeia produtiva da olericultura, cadeia produtiva da mandiocultura e cadeia produtiva da fruticultura.

O princípio da economicidade é atingido quando são executadas AS ações com parcerias, pois aperfeiçoa a aplicação dos recursos financeiros, amplia o número de atendimentos e evita também a duplicidade de investimentos no mesmo fim, além de aplicar o investimento levando em consideração a demanda real da comunidade rural.

Dessa forma, desenvolvendo sua missão institucional, o SENAR-AR/MT oportuniza ao trabalhador o ingresso ou permanência no mercado de trabalho, atendendo dessa forma a necessidade das empresas rurais, ou seja, um trabalhador rural com conhecimento tecnológico satisfatório.



2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Na busca da profissionalização do trabalhador e do produtor rural, o SENAR-AR/MT continua adotando o planejamento como um processo organizado de administrar todo o trabalho a ser desenvolvido nas áreas de sua competência.

As ações de Formação Profissional Rural e as atividades de Promoção Social, desenvolvidas pelo SENAR-AR/MT com o apoio imprescindível de seus parceiros, são resultantes do processo de planejamento das mesmas, realizadas anualmente e que se iniciam com o Levantamento de Demanda.

Com o objetivo de facilitar o Levantamento de Demanda, ou levantamento de necessidades de capacitação para o ano de 2011, a Instituição elaborou um Manual de Orientações, onde estão ordenados os conhecimentos globais e as providências necessárias a serem tomadas pelos parceiros. A solicitação é encaminhada preferencialmente por meio eletrônico, via página de Internet do SENAR-AR/MT ou pelo correio.

A profissionalização do trabalhador e do produtor rural, bem como a melhoria das condições de vida de suas respectivas famílias depende da identificação de necessidades de capacitação, da execução dos trabalhos com efetividade e qualidade e, fundamentalmente, do envolvimento dos parceiros com o SENAR-AR/MT.

Atuação do SENAR-AR/MT

A Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) são estratégias que objetivam a construção de conhecimento junto ao homem do campo.

Formação Profissional Rural (FPR)

As ações de FPR visam qualificar trabalhadores e produtores rurais em regime de economia familiar, prioritariamente, nas diferentes ocupações demandadas pelo setor produtivo, nas áreas de Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Aquicultura, Extrativismo, Agroindústria, Atividades de Apoio Agrossilvopastoril e Atividades Relativas à Prestação de Serviços, contribuindo para melhoria da capacidade produtiva, incremento da ocupação e geração de renda.

Promoção Social (PS)

As atividades de PS estão voltadas à família do trabalhador e do produtor rural em regime de economia familiar, englobando homens, mulheres, jovens e crianças. São atividades de caráter educativo e preventivo nas áreas de saúde, alimentação e nutrição, artesanato, educação e organização comunitária. Associada às ações de FPR, a PS possibilita a melhoria da qualidade de vida no campo.

As capacitações ofertadas pelo SENAR-AR/MT estão relacionadas na publicação “Catálogo de Eventos” (http://www.senarmt.org.br/novo/formacao_profissional_rural.php). Nele, o parceiro encontra todas as informações necessárias ao procedimento de solicitação, divulgação e mobilização de uma determinada capacitação.



Levantamento de Demanda de FPR e PS

O Levantamento de Demanda, ou levantamento de necessidades de capacitação de trabalhadores, produtores rurais e seus respectivos familiares, é uma etapa de fundamental importância para o processo de planejamento do SENAR-AR/MT.

O processo constitui em uma consulta à comunidade local, com vistas a identificar seus interesses e necessidades pela qualificação profissional e promoção social do homem do campo. Nele, a entidade responsável pela consulta à comunidade local é o parceiro, que deve buscar o envolvimento dos diferentes segmentos que se relacionam com o meio rural, para a obtenção de informações que, depois de agrupadas por assuntos de interesse, serão a base para a elaboração do levantamento de demanda de capacitação.

O parceiro deve buscar as informações que necessita nas publicações oficiais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, universidades, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, EMPAER, IMEA, Plano de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Município, entre outros) e por meio de reuniões envolvendo a comunidade, como: profissionais da assistência técnica pública e privada (prioritário), as cooperativas, representantes da indústria e do comércio de insumos, maquinários, implementos, produtores do setor agropecuário, líderes comunitários, representantes de associações de classe, sindicatos rurais, secretaria de agricultura do município, bancos que financiam a produção, entre outros.

Esses procedimentos conduzem a um levantamento mais preciso da realidade local, e quando combinados e bem conduzidos, possibilitarão um levantamento de demanda mais representativo das necessidades por qualificação profissional e promoção social no campo.

Preenchimento do Formulário de Solicitação de Eventos

Após consultar a comunidade local para identificar quais são as capacitações de maior interesse, o parceiro preenche o formulário específico para solicitação de eventos para o ano de 2011. O prazo para envio da solicitação foi até o dia 30 de agosto de 2010.

Para o preenchimento do formulário, foram necessárias as seguintes informações:

Mês provável de realização

O parceiro deverá consultar o “Catálogo de Eventos” do SENAR-AR/MT, para identificar o número de dias necessários para o desenvolvimento da capacitação solicitada. Deve observar também a época do ano para a realização de alguns eventos específicos. Selecionar o mês mais adequado ao período de realização do evento.



Nome do evento solicitado

Preencher de acordo com o “Catálogo de Eventos”. O nome do evento poderá ser escrito de forma abreviada, contanto que ele possa ser identificado no “Catálogo de Eventos”.

Prioridade

É imprescindível a definição da prioridade para cada evento solicitado. A prioridade é definida pelo grau de importância ou pela maior ou menor necessidade que o parceiro tem, por uma determinada capacitação de FPR ou PS.

A prioridade não está vinculada à ordem ou a seqüência de realização dos eventos, ou seja, um evento de FPR ou PS com prioridade 1 poderá ser solicitado para o mês de setembro; outro evento com prioridade 2 poderá ser solicitado para o mês de fevereiro, março e, assim por diante.

Local de realização

Definir o local de realização de cada turma, considerando as especificidades e exigências para cada capacitação, de acordo com o “Catálogo de Eventos”.

Anotar o Local de Realização do Evento informando o nome do município da sua sede ou o nome do município da sua extensão de base; informe também onde o Evento será realizado, tais como nome da associação, nome da fazenda ou sítio, ou sindicato.

Solicitação de Eventos Via Internet

Todos os parceiros do SENAR-AR/MT com acesso à Internet encaminharam a solicitação de eventos para o ano de 2011 por meio eletrônico. É um procedimento simples, seguro e ágil, que facilitou a elaboração da Programação Anual de Trabalho (PAT/2011). A operação consiste na digitação do formulário eletrônico de solicitação de eventos. Ele armazenará as informações das solicitações diretamente no banco de dados do Sistema de Acompanhamento das Ações e Atividades do SENAR-AR/MT – SENARIO. A página da Internet para a realização desta atividade deve ser acessada usando login e senha do mobilizador devidamente cadastrado.

Na área restrita do SENARIO encontram-se disponíveis também o referido formulário para solicitação de Eventos, que pode ser impresso para uso fora da sua entidade, bem como o relatório contendo as Demandas cadastradas.

O formulário “Cadastro de Demandas PAT 2011” permite ainda alterar os dados das demandas cadastradas.



Neste sentido, a PAT – Programação Anual de Trabalho- é um instrumento de planejamento, operacionalização e avaliação das ações e atividades do SENAR. Ela se baseia no atendimento dos aspectos institucionais como: missão, princípios e diretrizes, as políticas de desenvolvimento socioeconômico, os recursos financeiros, materiais e o contingente humano da organização.

A Formação Profissional Rural e a Promoção Social, por se constituírem na atividade fim da instituição, são consideradas prioritárias nos trabalhos da Instituição. Na PAT 2010, encontra-se a realização de 2.852 eventos, distribuídos entre 1.985 ações da Formação Profissional Rural e 867 atividades da Promoção Social.

Para consecução de seus objetivos o SENAR-AR/MT vale-se, além do total empenho de seus colaboradores, de parcerias com órgãos estaduais, municipais e federais, instituições de ensino estaduais, municipais e federais, sindicatos rurais, prefeituras municipais, ONGs e outros.

Como a área de atuação da Administração Regional compreende toda a extensão territorial do estado, surge a necessidade de profissionais capacitados, para fazer frente às demandas dos eventos de profissionalização e de promoção social apresentadas pelos municípios por meio dos Sindicatos Rurais e Prefeituras Municipais.

Para cumprir essa missão, o SENAR-AR/MT conta com a figura de um agente denominado Educador. Este atua de forma terceirizada na prestação de serviços. O fato de não possuírem vínculo empregatício não inviabiliza a exigência por parte do SENAR da competência técnica desses profissionais, além do cumprimento de um treinamento específico sobre a Metodologia de Ensino do SENAR. A afinidade com o meio rural, assim como a demonstração de talento e a vocação para ensinar e trabalhar com pessoas desse meio, são aspectos importantes a serem observados.

O acompanhamento e o controle das ações executadas por esses educadores são realizados por meio de supervisão direta ou indireta, “in loco” ou à distância.

De maneira direta, por ações presenciais realizadas no momento em que os cursos são ministrados, através do quadro de Supervisores, em número de 11 (onze), pelos Coordenadores de FPR e PS e de Programas Especiais, e pelo Gerente Técnico.

De maneira indireta, através de relatório de ação concluída emitido pelo Educador, pelo relatório do mobilizador/parceiro, e pela ficha de avaliação do participante.

As principais dificuldades para a realização dos trabalhos do SENAR-AR/MT concentram-se no estado precário das vias de transporte em determinadas épocas do ano; cancelamento dos treinamentos agendados em função das incertezas dos parceiros locais; ano de 2010 com eleição, causando um grande quantitativo de eventos cancelados; e na redução da disponibilidade de trabalhadores de regiões agrícolas, por ocasião dos trabalhos de plantio e colheita, fatos contornados com a redução de treinamentos nos meses de janeiro e fevereiro e canalização de cursos para municípios não agrícolas no período da safra.

A missão organizacional do SENAR-AR/MT é desenvolver ações da Formação Profissional Rural - FPR e atividades da Promoção Social - PS, voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo para sua profissionalização, sua integração na sociedade, melhoria da sua qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania.



Para a consecução dos seus objetivos o SENAR-AR/MT adotará:

I - Ações normativas, através de expedição de normas específicas ao seu funcionamento;

II - Ações coordenadoras voltadas para:

a) Coordenação, acompanhamento e avaliação dos eventos da Formação Profissional Rural e da Promoção Social;

b) Compatibilização dos Programas e Projetos sob a responsabilidade do SENAR-AR/MT, com os Programas e Projetos do SENAR - Administração Central, através das diretrizes básicas estabelecidas por este;

III - Ações executivas, através da realização direta dos eventos da Formação Profissional Rural e da Promoção Social que serão implementados:

a) Mediante o desenvolvimento de trabalhos constantes na sua programação normal custeados com recursos previstos no seu orçamento ou em parcerias com terceiros;

b) Por iniciativa própria, mediante o desenvolvimento de trabalhos constantes de sua programação normal, custeadas com recursos previstos no seu orçamento;

c) Na condição de contrato/convênio por órgão ou entidade de administração pública, do setor privado, ou de instituições internacionais, para condução direta de projetos específicos, mediante financiamento total ou parcial do órgão, entidade, ou instituição contratante.

d) Não haverá delegação da execução das atribuições do SENAR-AR/MT, no que diz respeito especificamente as atividades fins das ações da Formação Profissional Rural e da Promoção Social.

Na busca de seus objetivos, o SENAR utiliza 02 (duas) linhas de atuação:

- Formação Profissional Rural - FPR
- Promoção Social – PS

Formação Profissional Rural

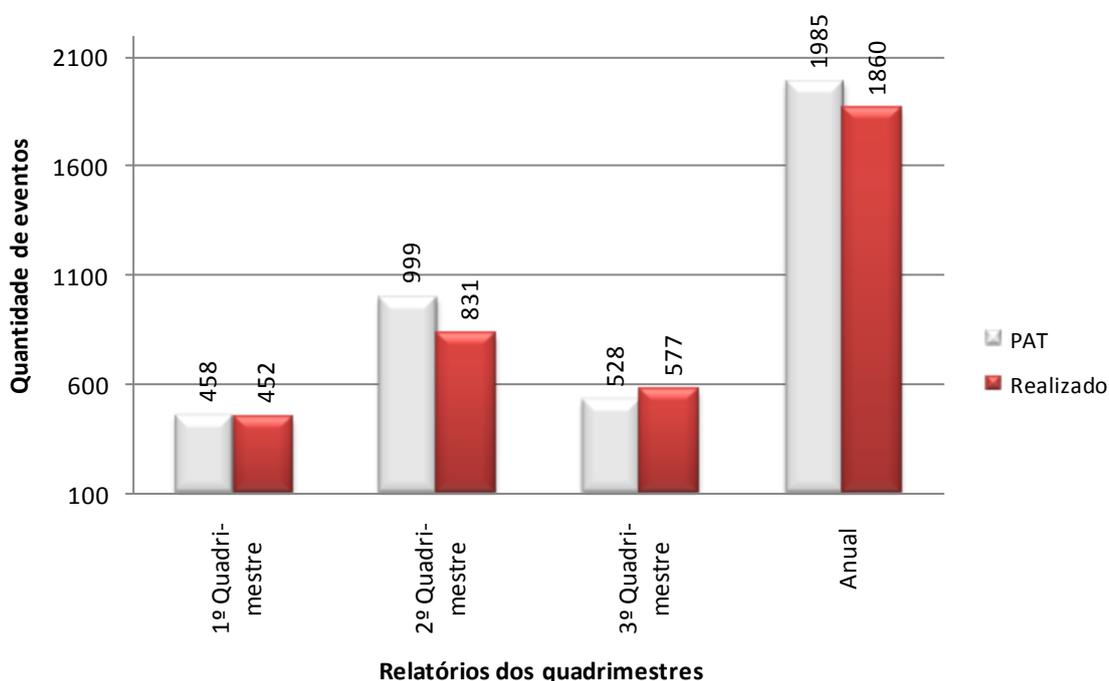
Processo educativo, não-formal, participativo e sistematizado, que possibilita a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes ao indivíduo, para o desempenho de uma ocupação.

A Formação Profissional Rural tem um caráter democrático; é vinculada ao mercado de trabalho, centrada numa ocupação, adequando-se ao nível tecnológico e volta-se para o alcance de melhorias da produtividade no trabalho, com resultados em ganhos (sociais, econômicos) para o produtor/trabalhador rural.

As ações de FPR tem como público preferencial o trabalhador e produtor rural e possibilitam ao participante iniciar-se, aperfeiçoar-se ou atualizar-se em uma ocupação, pois os conteúdos programáticos dessas ações variam com a natureza da programação pretendida, permitindo também a esse participante, a entrada ou permanência no mercado de trabalho e até a mudança de profissão.

No ano de 2010, foram realizadas 1.860 ações de FPR.

Eventos de Formação Profissional Rural



Promoção Social

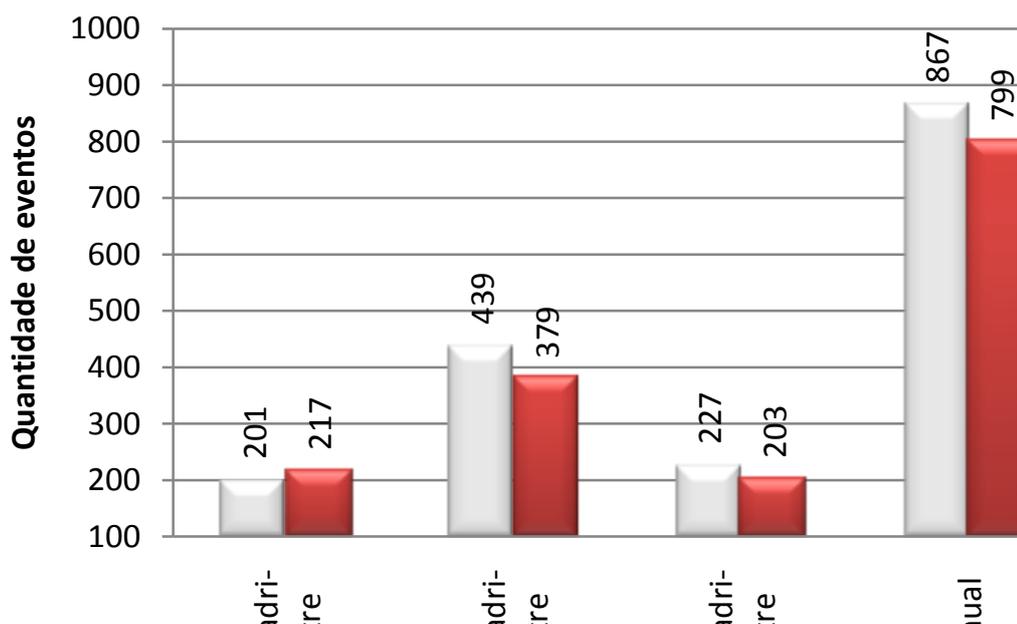
Processo educativo não-formal, participativo e sistematizado, que visa ao desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais do trabalhador, do produtor rural e de suas famílias, possibilitando melhor qualidade de vida, consciência crítica e participação na vida da comunidade.

A Promoção Social, além do caráter educativo, tem uma função preventiva, de complementaridade com as ações da Formação Profissional Rural, contribuindo com ganhos econômicos para o bem estar da família, embora não tenha cunho profissionalizante.

As atividades de PS proporcionam à família do trabalhador, desenvolvimento de habilidades pessoais, promovendo a integração social, crescimento da consciência crítica e possibilitando a melhoria da qualidade de vida.

No ano de 2010, foram realizadas 799 atividades de PS.

Eventos de Promoção Social



Palestras e Encontros também são realizados pelo SENAR, isoladamente ou em parceria com outras instituições, visando proporcionar ao seu público ocasião de atualização técnica e tecnológica.

Durante o ano de 2010, foram realizados 12 Programas Especiais, dentre eles: Programa Alfabetização de Jovens e Adultos; Programa Agrinho; Programa Apoena; Programa Apoena – Projeto Equoterapia; Programa Campo Futuro; Programa Negócio Certo Rural; Programa Empreendedor Rural; Programa Inclusão Digital; Programa Mutirão Rural; Programa Jovem Aprendiz; Programa Mãos que Trabalham; Programa Sindicato Forte.

As tabelas a seguir detalham os programas executados em 2010.



Programa 001 - Formação Profissional Rural

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover a Formação Profissional Rural do trabalhador e produtor rural por meio de cursos, treinamentos, seminários e palestras
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Qualificar o produtor rural, o trabalhador e seus familiares em unidades produtivas na utilização de tecnologias, cujo processo produtivo seja intensivo em trabalho e dotado de expressivo valor de mercado, observando as especificidades do seu ambiente cultural e peculiaridades regionais e principalmente as necessidades do mercado de trabalho rural• Qualificar proprietários rurais no uso de tecnologias voltadas para a produção ambientalmente sustentável com adoção das normas de segurança, para o beneficiamento e a agroindustrialização de bens e desenvolver habilidades de gestão incentivando o empreendedorismo, além da qualificação da força de trabalho necessária a essa atividade, visando agregar maior valor à produção e minimizar as ações especuladoras incidentes sobre a comercialização de bens oriundos da pequena produção• Capacitar o trabalhador sazonal, de forma a mantê-lo ocupado ao longo do ano, incentivando a aprendizagem de novas habilidades profissionais, de maneira a atenuar os efeitos da ocupação temporária, inserindo desta forma o trabalhador rural no mercado de trabalho
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de FPR e PS
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Eventos programados e realizados; número de participantes programados e atendidos, hora-aula programada e realizada, desistência, evasão e reprovação e aprovação
Público alvo (beneficiários)	Produtor e trabalhador rural empregado, desempregado ou autônomo



Principais Ações do Programa

As principais ações do Programa de FPR são os treinamentos, palestras, cursos, seminários e encontros técnicos, através dos quais os objetivos do programa são alcançados.

As áreas responsáveis por acompanhar a execução dessas ações são a Coordenadoria de Formação Profissional Rural e Promoção Social e a Gerência Técnica. A Gerência e as coordenadorias possuem uma equipe de onze supervisores para acompanhamento dessas ações.

A instituição possui como prestadores de serviços mais de 200 profissionais credenciados, realizando os treinamentos, preferencialmente, no local onde o trabalhador labora.

As ações de FPR, além de qualificar o trabalhador, oportunizam a sua permanência ou ingresso no mercado de trabalho, com aperfeiçoamento ou aquisição de novas competências.

A Instituição tem investido permanentemente nas melhorias qualitativas dos eventos educacionais, quais sejam: Redução no número de cancelamentos dos eventos; Aumento do número de alunos aprovados nos eventos educacionais; Redução do número de desistências dos participantes; Redução do número de evasões nos eventos; e Redução dos Reprovados.

Programa 002 - Promoção Social

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Desenvolver aptidões pessoais e sociais do trabalhador e produtor rural e suas famílias
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento da consciência cidadã para elevação da auto-estima do homem e da mulher do campo• Desenvolvimento de habilidades individuais ou coletivas• Possibilitar a melhoria da qualidade de vida e participação na vida da comunidade
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de FPR e PS
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Eventos programados e realizados; número de participantes programados e atendidos, hora-aula programada e realizada, desistência, evasão e reprovação e aprovação
Público alvo (beneficiários)	Produtor, trabalhador rural e seus familiares



Principais Ações do Programa

O programa de Promoção Social é desenvolvido alicerçado na premissa de que a Promoção Social é um processo educativo, sistematizado e que tem por objetivo desenvolver competências e habilidades pessoais ou coletivas.

Complementa as ações da Assistência Social capacitando e construindo habilidades auto promotoras, o que eleva a auto-estima do participante e possibilita a melhoria da sua qualidade de vida, inclusive com alternativa de geração de renda.

Os treinamentos da Promoção Social, as palestras e seminários, acontecem em todos os municípios do estado, sendo protagonizados por educadores e palestrantes contratados pelo SENAR-AR/MT.

Nessa vertente, são realizados treinamentos na área de artesanato, alimentação, saúde, educação e organização comunitária.

O desenvolvimento do programa, a exemplo da FPR, também é acompanhado pela equipe de Supervisores, em número de onze, pela Coordenadoria de FPR e PS e pela Gerência Técnica

O acompanhamento de egressos desses cursos permite identificar um grande número de pessoas que passam a comercializar produtos de artesanato, cuja produção é originada nos conhecimentos adquiridos nos treinamentos da Promoção Social.

A crescente demanda por eventos dessa natureza e a satisfação manifestada pelos participantes, familiares de trabalhadores rurais, ao se perceberem capazes de contribuir para a renda familiar, sinaliza o acerto do programa.

Também na área da Promoção Social, a Instituição tem investido permanentemente nas melhorias qualitativas dos eventos educacionais, quais sejam: Redução no número de cancelamentos dos eventos; Aumento do número dos aprovados nos eventos educacionais; Redução do número de desistências dos participantes; Redução do número de evasões nos eventos; e Redução dos Reprovados.



Programa 003 - Programa Alfabetização de Jovens e Adultos

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reduzir os índices de analfabetismo no Estado de Mato Grosso
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Implantar o Programa Alfabetização de Jovens e Adultos no Estado de Mato Grosso, com a contribuição de parcerias do Sindicato Rural Patronal e Secretaria Municipal de Educação• Desenvolver práticas educacionais diversificadas que propiciem ao educando formação presencial e favoreçam a apropriação de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais, facilitando assim sua compreensão da vida social e dos avanços do seu tempo• Construir uma relação dialógica, dinâmica e crítica entre educador e educando, que favoreçam a atuação de ambos como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem• Atender a jovens e adultos, com idade a partir de 16 anos, utilizando várias iniciativas e a metodologia de alfabetização, que favoreçam a sua emancipação
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">• Percentual de alunos inscritos e concluintes• Número de municípios envolvidos• Número de turmas por município• Perfil de entrada dos alunos• Domínio da leitura e escrita• Domínio das quatro operações básicas da matemática
Público alvo (beneficiários)	Produtor e trabalhador rural



Principais Ações do Programa

O Programa está orientado pela perspectiva da ampliação e da democratização do ensino, possibilitando às camadas economicamente desfavorecidas o acesso ao código alfabético como parte de um processo mais amplo de letramento, na busca da inclusão social e do exercício da participação, do diálogo e da pluralidade de expressão entre os envolvidos, enquanto procedimentos essenciais para a construção de projetos educativos emancipatórios e inclusivos.

Nessa perspectiva, a alfabetização de jovens e adultos visou as pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular.

Assim o SENAR-AR/MT, inicia o processo de inclusão através das principais ações:

- A mobilização das turmas, realizada pelo sindicato e parceiros, no que tange à inclusão do público alvo do programa no direito à educação,
- A seleção e a capacitação de alfabetizadores para atuar no Programa, por meio de uma capacitação realizada pela equipe do SENAR-AR/MT, baseada na proposta pedagógica, centrada na metodologia de alfabetização de adultos. A capacitação é realizada com carga horária de 32 horas, utilizando estratégias diversas como: debates, exposição dialogada e oficinas.
- A entrega do material aos alfabetizadores, através dos parceiros, reforçando a responsabilidade de uso e controle destes recursos;
- O acompanhamento educacional realizado por técnicos do SENAR-AR/MT foi desenvolvido ao longo do programa por meio de encontros e supervisões, com o propósito de fornecer subsídios para superação das dificuldades vivenciadas em sala de aula, garantir a apropriação de pressupostos teórico/práticos.
- A avaliação educativa oportunizou orientação sobre o uso dos recursos educacionais, aspectos da sala de aula (espaço, iluminação, disposição das carteiras), o desenvolvimento da aula (frequência, disciplina, participação, operação e entendimento) e também as dificuldades durante a aprendizagem.



No ano de 2010 foram desenvolvidas 24 turmas do Programa, de acordo com o quadro abaixo:

Município	Parceiro local	Quantidade de Participantes
Campinópolis	Sindicato Rural de Campinópolis	15
Campinópolis	Sindicato Rural de Campinópolis	18
Campos de Júlio	Sindicato Rural de Campos de Júlio	28
Chapada dos Guimarães	Sindicato Rural de Chapada dos Guimarães	15
Colíder	Sindicato Rural de Colíder	29
Colíder	Sindicato Rural de Colíder	26
Cotriguaçu	Sindicato Rural de Cotriguaçu	28
Cotriguaçu	Sindicato Rural de Cotriguaçu	25
Jaciara	Sindicato Rural de Jaciara	19
Jaciara	Sindicato Rural de Jaciara	17
Matupá	Sindicato Rural de Matupá	19
Matupá	Sindicato Rural de Matupá	28
Nobres	Prefeitura Municipal de Nobres	27
Nobres	Prefeitura Municipal de Nobres	27
Nossa Senhora do Livramento	Sindicato Rural de Nossa Senhora do Livramento	26
Nossa Senhora do Livramento	Sindicato Rural de Nossa Senhora do Livramento	21
Nossa Senhora do Livramento	Sindicato Rural de Nossa Senhora do Livramento	22
Poconé	Sindicato Rural de Poconé	16
Poconé	Sindicato Rural de Poconé	24
Querência	Sindicato Rural de Querência	29
São Félix do Araguaia	Sindicato Rural de São Félix do Araguaia	20
São Félix do Araguaia	Sindicato Rural de São Félix do Araguaia	20
Vila Rica	Sindicato Rural de Vila Rica	19
Vila Rica	Sindicato Rural de Vila Rica	20
Total Geral	24	538



As atividades desenvolvidas com alfabetizandos focaram temas que permeiam o cotidiano dos alunos como: meio ambiente, saúde, trabalho, violência, cidadania, dentre outros, que foram bastante explorados, tanto para o desenvolvimento dos conteúdos de Português e Matemática, que são básicos, quanto para o trabalho com os temas transversais. Para tanto, foram utilizadas estratégias de ensino que possibilitaram o manuseio de folhetos de supermercados, panfletos de propaganda, receitas, contas de luz e água, orçamento familiar, textos informativos, poesias e muitos outros. Os dados de identificação pessoal também foram explorados, aprofundando a compreensão e a valorização do indivíduo enquanto sujeito histórico, político e social.

Durante o acompanhamento das turmas observamos o crescimento e a interação entre alfabetizador e alfabetizando, promovendo a transformação de ambos. Isto acontece porque esta interação possibilita uma troca, na qual o alfabetizador tem função estimuladora da reflexão e da ação do alfabetizando, auxiliando-o na aprendizagem e na elaboração do seu saber. Diante do saber popular do alfabetizando, não raro acontece a reelaboração do saber científico do alfabetizador. A reflexão, a análise, a conscientização e a criticidade que permitem a construção da identidade do alfabetizador ocorrem na ação – reflexão - ação, afinal a transformação é um processo.

Pode-se dizer que a aprendizagem aconteceu de forma dinâmica e complexa, e que consistiu em assimilar e produzir de forma ativa, conhecimentos e formas de ação, resultando em modificações na atividade externa e interna dos indivíduos em suas relações com o ambiente físico e social.

São muitas as observações dos alfabetizadores, como contentamento, emoção, troca, e acima de tudo, a sensação agradável de um dever cumprido.

Através de reuniões nos Sindicatos Rurais dos municípios, os professores tiveram a oportunidade de ouvir depoimentos e dar sugestões a respeito das experiências positivas do trabalho realizado.

Procurou-se trabalhar para sensibilizar e desenvolver as potencialidades, as competências e as habilidades de jovens e adultos excluídos do mundo letrado. Nessa perspectiva, os diversos sujeitos atuantes no programa foram percebidos, sempre, como seres humanos sociais, criativos e inteligentes, cognitiva e emocionalmente.

O Programa foi desempenhado a contento de acordo com a avaliação dos alfabetizadores, expressa em relatório escrito, apesar de algumas dificuldades evidenciadas, especialmente na fase inicial, que foram apontadas pelos alfabetizadores e alfabetizandos em suas declarações, dentre as quais destacamos: a dificuldade no atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com problemas de visão e audição, a evasão em consequência de mudança de município, à procura de melhores condições econômicas, período de colheita e raras vezes por enfermidades.



Programa 004 - Programa Agrinho

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Proporcionar mudanças de hábitos e de atitudes quanto ao Meio Ambiente, a Saúde, Cidadania e Trabalho e consumo, mediante uma ação conjunta escola/comunidade
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento da consciência cidadã para elevação da auto-estima do homem e da mulher do campo, através dos filhos devidamente matriculados na rede pública de ensino• Desenvolvimento de habilidades individuais ou coletivas, através da interdisciplinaridade• Possibilitar a melhoria da qualidade de vida e participação na vida da comunidade através da pedagogia da pesquisa
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">• Percentual de alunos, professores, escolas e municípios participantes no concurso• Número de municípios aderidos ao Programa• Número de escolas aderidas ao Programa• Número de professores aderidos ao Programa
Público alvo (beneficiários)	Alunos regularmente matriculados no ensino infantil e fundamental da rede pública de ensino

No ano de 2010 o tema proposto pelo programa foi o “Meio Ambiente”, mesmo tema proposto em 2009, utilizando-se o material didático já distribuído no ano anterior.

As outras etapas do Programa, como as visitas aos municípios, capacitação dos professores, envio dos trabalhos, julgamento dos trabalhos, divulgação dos premiados, organização das caravanas e a cerimônia de premiação, foram realizadas de acordo com o preconizado por esta Instituição.



Programa 005 - Programa Apoena

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover a oportunidade de acesso às pessoas com deficiência nos eventos educacionais do SENAR
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none">• Promover a acessibilidade• Promover a igualdade de valores• Promover a melhoria das oportunidades no mercado de trabalho• Possibilitar a aprendizagem através de estratégias educacionais• Promover o desenvolvimento profissional das pessoas que possuem deficiência
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">• Número de participantes com deficiências nos eventos educacionais;• Número de egressos inseridos no mercado de trabalho
Público alvo (beneficiários)	Produtores e trabalhadores rurais

O Apoena é um programa de inclusão de pessoas com deficiência nos eventos educacionais idealizado pelo SENAR - Administração Central e prontamente implantado pelo SENAR - Mato Grosso, tendo em vista sua necessidade para o meio rural.

Um dos maiores desafios da educação e da formação profissional nos últimos anos tem sido garantir oportunidade de acesso às pessoas com deficiência. A sociedade tem aprendido por meio de suas ações inclusivas que segregar é coisa do passado, e tem cedido lugar a uma política onde prevalece a diversidade. É nosso dever enquanto Instituição responsável pela Formação Profissional Rural e Promoção Social no Estado, reconhecer, acolher, compartilhar e conviver junto às pessoas com deficiência.

O SENAR-AR/MT para desenvolver o Programa Apoena, tem baseado sua atuação nos princípios das organizações inclusivas, buscando a acessibilidade, a igualdade de valores e oportunidades, a flexibilidade nos ambientes de aprendizagem, as novas formas de avaliar e constante desenvolvimento profissional daqueles que estão envolvidos no processo e que consideram privilégio conviver com essas pessoas, vislumbrando nelas mais potencialidades que limitações. Este tem sido o desafio do SENAR-AR/MT, que desde 2005 não mede esforços para incluir em seus eventos o atendimento seguro a essa clientela.



Participação de pessoas com necessidades especiais nos eventos educacionais oferecidos pelo SENAR-AR/MT

Especificação do Evento	Número de Participantes	Número de participações em Eventos do SENAR-AR/MT*
FPR/ PS	352	534

* Foram 352 participantes com deficiência que acessaram os eventos educacionais do SENAR-AR/MT com vários participantes realizando mais de um treinamento.

Programa 005.1 - Programa Aopena – Projeto Equoterapia

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Proporcionar ao praticante benefícios físicos, psíquicos, educacionais e sociais
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none">• Realizar atividades que estimulem uma melhor coordenação, equilíbrio, movimentos dissociados de tronco e membros, ritmo, consciência corporal, uma postura ereta e noção espacial para as pessoas com disfunções neurológicas• Melhorar a postura, o equilíbrio, a mobilidade e a função dos praticantes com alterações neuro sensoriomotoras• Minimizar os efeitos indesejados da presença de reflexos tônicos patológicos, através do uso de postura-chave e simetria postural dos praticantes da Equoterapia• Disponibilizar atividades interdisciplinares no processo reabilitador;• Possibilitar atividades que facilitem o seu desempenho no processo ensino aprendizagem, tornando o cada vez mais independente e sujeito integrado• Desenvolver o equilíbrio psicoemocional facilitando sua adaptação ao meio, maior independência nas atividades de via diária, e, conseqüentemente melhorando sua qualidade de vida
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">• Melhorias físicas, psíquicas, educacionais e sociais verificadas através de relatórios dos profissionais competentes dos parceiros• Supervisões in loco da equipe de supervisores do SENAR-AR/MT• Quantidade de praticantes• Quantidade de sessões
Público alvo (beneficiários)	Praticantes de Equoterapia atendidos com gratuidade pelos parceiros

Está contemplado dentro do Programa Apoena o Projeto Equoterapia, que é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais.

Esta atividade contribui para o desenvolvimento psicomotor, melhorando o tônus muscular, a flexibilidade, favorecendo o relaxamento, a conscientização do próprio corpo e o aperfeiçoamento da coordenação motora e do equilíbrio.

O termo utilizado para designar a pessoa com deficiência e/ou com necessidades especiais quando em atividades equoterápicas é praticante de Equoterapia. Nesta atividade, o sujeito do processo participa de sua reabilitação, na medida em que interage com o cavalo.

As áreas de aplicação da Equoterapia são:

- Reabilitação para pessoas com deficiência física e/ou mental;
- Educação para pessoas com necessidades educativas especiais;
- Socialização para pessoas com distúrbios evolutivos ou comportamentais.

Município	Parceiro local	Quantidade de Praticantes (*)
Várzea Grande	Centro Eqüestre de Várzea Grande	305
Tangará da Serra	Sindicato Rural e APAE de Tangará da Serra	75
Santo Antônio do Leverger	Sindicato Rural de Santo Antônio do Leverger	75
Cuiabá	Sindicato Rural de Cuiabá - Centro Hípico de Cuiabá	11
Cuiabá	Centro Hípico Rancho Dourado	12
Sorriso	Sindicato Rural e APAE de Sorriso	20
Total geral	6	498

(*) Quantidade de atendimentos: 1.388



Programa 006 - Programa Campo Futuro

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Calcular o custo de produção e a análise de rentabilidade das atividades e operar na BM&F/Bovespa utilizando conceitos básicos de mercado futuro seguindo a metodologia do Programa Campo Futuro
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Discutir questões atuais inerentes ao setor agropecuário, verbalmente, analisando a conjuntura atual• Debater aspectos importantes do gerenciamento de riscos, verbalmente, de acordo com as análises técnicas• Calcular o custo de produção, utilizando software, cumprindo as orientações de preenchimento• Operar na BM&FBovespa, aplicando os conceitos básicos de contratos de opções apresentados• Analisar o fluxo das operações na BM&FBovespa, verificando a atuação das corretoras e dos agentes autônomos de investimentos• Conhecer princípios básicos do seguro rural no Brasil, de acordo com as normas vigentes• Discutir sobre os riscos de mercado e os agentes do setor, verbalmente, de acordo com parâmetros do agronegócio• Identificar o funcionamento e as propostas de atuação da BM&FBovespa, verbalmente, observando os conceitos apresentados
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Eventos programados e realizados; número de participantes programado e atendidos, hora-aula programada e realizada, desistência, evasão e reprovação
Público alvo (beneficiários)	Produtor e trabalhador rural.



Resultado de uma parceria entre o SENAR, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F), o Programa Campo Futuro – Gestão de Custos e Riscos para Produtores Rurais, envolve tanto as Administrações Regionais do SENAR quanto as Federações da Agricultura e Pecuária de vários Estados. O objetivo é que o produtor rural passe a operar regularmente no mercado futuro e se transforme em formador de opinião a respeito da utilização desse mecanismo em sua região.

O programa, criado em 2007, é inovador e tem foco principal na análise de custos e gerenciamento de riscos nas áreas de pecuária de corte e grãos (milho e soja), proporcionando aos participantes dos treinamentos (produtores de médio porte) o conhecimento necessário para um bom gerenciamento da sua propriedade.

Neste sentido, foram desenvolvidas 4 turmas no estado de Mato Grosso, nos municípios de Canarana, Campo Verde, Juína e Tangará da Serra, de acordo com o descrito abaixo:

Município	Parceiro local	Quantidade de Participantes
Canarana	Sindicato Rural de Canarana	11
Campo Verde	Sindicato Rural de Campo Verde	16
Juína	Sindicato Rural de Juína	16
Tangará da Serra	Sindicato Rural de Tangará da Serra	15
Total geral	4	58



Programa 007 - Programa Negócio Certo Rural

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para melhoria da gestão da propriedade rural por meio da capacitação, tendo como foco principal o empreendedorismo, visando o fortalecimento do agronegócio.
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none">• Realizar o diagnóstico de sua propriedade, por meio de módulos presenciais, tendo como foco a realidade de cada participante, visando conhecer a situação atual em que se encontra• Identificar idéias de negócio, por meio de estudos e vivência prática, visando diversificar a obtenção de renda na empresa rural• Buscar informações referentes às idéias identificadas, por meio de pesquisa de campo, visando possibilitar conhecimento da área a ser implantada• Elaborar plano/projeto de negócio, por meio de metodologia específica, visando o empreendedorismo empresarial rural
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Eventos programados e realizados; número de participantes programado e atendidos, hora-aula programada e realizada, desistência, evasão e reprovação
Público alvo (beneficiários)	Produtor e trabalhador rural.

O Programa Negócio Certo Rural do SENAR-AR/MT foi criado em uma parceria entre o SENAR Central e o Sebrae Nacional, sendo executado pelos estados, respectivamente pelo SENAR Administração Regional e Sebrae Escritório Regional.

Esse programa baseou-se no Negócio Certo, voltado para a área urbana, que recebeu uma metodologia nova para ser nacionalizado nos moldes previstos.

É importante ressaltar que o Negócio Certo Rural é um programa gratuito, de capacitação, de curta duração, em planejamento e administração de pequenos negócios para produtores rurais. Apresenta conteúdos básicos estruturados em sete etapas que auxiliarão os produtores na melhoria de negócios já existentes ou na implantação de novos negócios na propriedade.

O programa foi realizado em 5 (cinco) encontros de 6 (seis) horas cada, com uma semana de intervalo entre um encontro e outro.

Nesses encontros, o participante também recebeu consultoria gratuita em dois momentos diferentes:

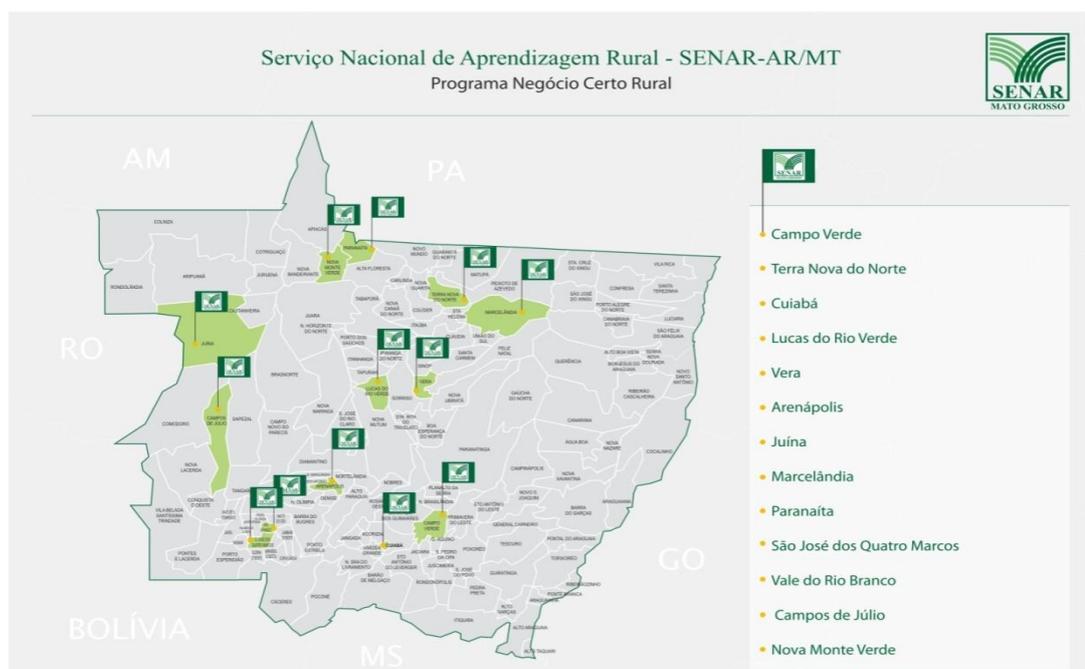
a) Consultoria Individual, destinada ao participante, com o objetivo de verificar e orientar sobre a elaboração do plano de negócio, com carga horária de 02 (duas) horas, entre o segundo e o terceiro encontro;

b) E a consultoria na propriedade, destinada ao participante e sua família, com o objetivo de verificar a implantação de ações do plano de negócios, com duração de 04 (quatro) horas, após a conclusão de todos os encontros.

O programa surgiu diante de uma necessidade do produtor em transformar a gestão de sua propriedade em uma gestão empresarial, tratando a propriedade de fato como uma Empresa Rural.

O empreendedorismo é uma característica já presente na maior parte dos produtores rurais do estado de Mato Grosso, no entanto, lhes faltam ferramentas de gestão para melhor utilização de seus recursos.

Município	Parceiro local	Qde de Encontros/ Consultorias	Qde de Partic.
Campos de Júlio	Sindicato Rural de Campos de Júlio	7	18
Marcelândia	Sindicato Rural de Marcelândia	7	19
Nova Monte Verde	Sindicato Rural de Nova Monte Verde	7	16
Paranaíta	Sindicato Rural de Paranaíta	7	30
Rio Branco	Sindicato Rural do Vale do Rio Branco	7	27
São José dos Quatro Marcos	Sindicato Rural de São José dos Quatro Marcos	7	15
Total geral	6	42	125





Nota: Estão apontadas no mapa as 13 turmas desenvolvidas no Mato Grosso, incluídas as turmas desenvolvidas pelo Sebrae - MT.

Programa 008 - Programa Empreendedor Rural

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Oportunizar o aprimoramento de competências empresariais em cada participante, sem impor um resultado homogêneo ou pré-estabelecido
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Realizar diagnóstico ou inventário da propriedade rural• Realizar planejamento estratégico do seu negócio• Realizar estudo de mercado do seu plano de negócio• Elaborar engenharia do projeto da atividade• Realizar avaliações quanto a viabilidade do negócio
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Eventos programados e realizados; número de participantes programado e atendidos, hora-aula programada e realizada, desistência, evasão, aprovação e reprovação
Público alvo (beneficiários)	Produtor rural

O Programa Empreendedor Rural do SENAR-AR/MT qualifica os empreendedores rurais para que estes desenvolvam um projeto em sua propriedade, tendo em vista o micro e o macro-ambiente em que sua atividade está inserida, e o seu compromisso com o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural.

O público alvo do programa são produtores rurais e/ou seus filhos, preferencialmente com o ensino médio completo. As turmas são formadas inicialmente com 30 participantes.

O Programa Empreendedor Rural foi desenvolvido através de um Eixo de Aprendizagem composto por 17 módulos presenciais de 01 dia (8 horas), totalizando 136 horas.

Primeiramente, foram realizadas visitas institucionais dos Supervisores Regionais, visando o levantamento das demandas dos Sindicatos Rurais, bem como seus parceiros.



A posteriori foi realizada a etapa de Sensibilização, com carga horária de 4 horas. Essa fase teve por objetivo a verificação do perfil da turma, bem como o estímulo a participação dos produtores e/ou seus filhos no referido Programa.

Os módulos do Programa foram presenciais, aonde o facilitador conduziu os trabalhos a fim de atingir os objetivos propostos.

Estes foram ministrados com o objetivo de implantação dos conhecimentos gerados nas propriedades dos participantes, neste sentido, cada participante desenvolveu um projeto para melhoria na sua respectiva propriedade.

Segue abaixo as turmas desenvolvidas pelo SENAR-AR/MT com as respectivas informações:

Município	Parceiro local	Quantidade de Participantes	Quantidade de Módulos
Água Boa	Sindicato Rural de Água Boa	21	17
Alta Floresta	Sindicato Rural de Alta Floresta	34	17
Cáceres	Sindicato Rural de Cáceres	27	17
Carlinda	Sindicato Rural de Carlinda	30	17
Colíder	Sindicato Rural de Colíder	32	17
Matupá	Sindicato Rural de Matupá	32	17
Querência	Sindicato Rural de Querência	21	17
Rosário Oeste	Sindicato Rural de Rosário Oeste	20	17
São Félix do Araguaia	Sindicato Rural de São Félix do Araguaia	22	17
Tangará da Serra	Sindicato Rural de Tangará da Serra	29	17
Vila Rica	Sindicato Rural de Vila Rica	33	17
Sorriso	Sindicato Rural de Sorriso	23	17
Total geral	12	324	204

Programa 009 - Programa Inclusão Digital

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Proporcionar aos produtores e trabalhadores rurais acesso aos conhecimentos em informática
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Capacitar os participantes em conhecimentos de informática básica, através da metodologia do programa, para utilização dessa ferramenta na gestão de sua propriedade• Possibilitar acesso a internet/ Canal do produtor, por meio de criação de email para receber conhecimentos técnicos e de representatividade de forma on line
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Eventos programados e realizados; número de participantes programado e atendidos, hora-aula programada e realizada, desistência, evasão aprovação e reprovação
Público alvo (beneficiários)	Produtor e trabalhador rural

Foram disponibilizadas ao estado de Mato Grosso 05 (cinco) salas do Programa Inclusão Digital.

Foram concluídas no município de Sorriso, 06 (seis) turmas do Programa.

No município de Alta Floresta, a sala ficou pronta no mês de maio, no entanto, não foi realizada nenhuma turma, pois, segundo informações do Gerente Sindical, Sr Rogério Rizo, os computadores estão com uso para outro fim.

No Sindicato Rural de Sinop, problemas estruturais impediram a implantação da sala. O parceiro não tinha recursos para aquisição de móveis, bem como problemas com a internet e outros custos inerentes da implantação. Segundo informações da Gerente Sindical, Sra. Edilma Silva, o novo Presidente posicionou que iria implantar a sala.

No Sindicato Rural de Primavera do Leste, a sala ficou pronta no mês de junho, com sede no parque de exposições, no entanto, problemas com a internet impediram a realização das turmas. O problema foi solucionado, no entanto, a educadora que foi capacitada pelo SENAR não se encontra mais a disposição para prestar serviços ao referido Sindicato. Foi providenciada nova capacitação.

O Sindicato Rural de Rondonópolis não implantou a sala, com justificativa de não haver espaço físico. No dia 15 de outubro de 2010, a Sra Ronimara Benedito informou que os computadores seriam instalados para os cursos na sala de reuniões e desinstalados após o treinamento, ficando três a disposição dos produtores para consulta a internet.

Segundo informações da própria Ronimara, alguns computadores estavam com defeito.



Com exceção de Rondonópolis, em todos os municípios foram capacitados educadores, que seriam pagos pelo SENAR como prestadores de serviços.

O SENAR-AR/MT tomará medidas pertinentes para solução dos problemas supracitados.

Programa 010 - Programa Mutirão Rural

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Proporcionar às comunidades rurais atendimentos intensivos nas áreas de esporte, lazer, cidadania, assistência médica-odontológica e noções de higiene.
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Confeccionar documento pessoais• Promover atendimentos à Saúde, Palestras Técnicas, Assistência Social, Atividades Esportivas e Culturais• Promover reuniões de produtores rurais com autoridades
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">• Número de eventos programados e realizados• Número de atendimentos• Número de comunidades atendidas
Público alvo (beneficiários)	Produtor e trabalhador rural.

Na Programação Anual de Trabalho estava previsto a realização de 10 Mutirões Rurais.

Os Mutirões Rurais foram realizados nos municípios de: Alto Boa Vista, na comunidade de Posto da Mata; Nossa Senhora do Livramento na comunidade de Figueiral; Rosário Oeste, na comunidade de Marzagão; Tapurah, na comunidade de Ana Terra; Confresa, na comunidade de Jacaré Valente; Chapada dos Guimarães, na comunidade de Praia Rica; Novo Santo Antonio, na comunidade de Zé Trezentos; Alto Araguaia, na comunidade de Buriti; Ribeirão Cascalheira, na comunidade de Novo Paraíso.

Foi cancelado o Mutirão Rural de Alto Paraguai, não permitindo o cumprimento da meta proposta.

Além dos Sindicatos Rurais, parceiros naturais e mobilizadores dos eventos, o SENAR - AR/MT teve como parceiros: As Prefeituras Municipais e suas Secretarias; A Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Promoção Social por intermédio da Superintendência do Sistema Nacional do Emprego (SINE), a Secretaria de Estado de Segurança Pública, por intermédio da Coordenadoria de Identificação e o INCRA.

Foram alcançados os resultados finais relacionados na tabela abaixo:



Município	Comunidade	Data	Atendimentos
Alto Boa Vista	Posto Da Mata	10.04.2010	2.752
Nossa Senhora Do Livramento	Figueiral	14.05.2010	1.333
Rosário Oeste	Marzagão	15.05.2010	2.064
Tapurah	Ana Terra	29.05.2010	1.298
Confresa	Jacaré Valente	12.06.2010	1.243
Chapada Dos Guimarães	Praia Rica	19.06.2010	2.469
Novo Santo Antonio	Vila Zé Trezentos	03.07.2010	1.060
Alto Araguaia	Buriti	10.07.2010	1.496
Ribeirão Cascalheira	Novo Paraiso	31.07.2010	2.294
Total	9		16.009

Conclusão

Em 2010, apesar do atraso para o início dos mutirões rurais e o cancelamento do mutirão de Alto Paraguai, a média de atendimentos por mutirão foi de 1.778, superando a média do ano anterior que foi de 1.294 atendimentos/mutirão.



Programa 011 - Programa Mãos que Trabalham

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Informar os produtores quanto às questões relacionadas à NR 31
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Promover o bem-estar pleno do homem do campo favorecendo sua maior eficiência pessoal e profissional• Acompanhar os trabalhadores, produtores rurais e suas famílias, por meio de auditorias educativas prévias, de conformidade e manutenção• Contribuir para a sensibilização, formação e mudanças de comportamento individual e coletivo, em adequação às legislações vigentes sobre o trabalho e perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população rural
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Propriedades auditadas; Propriedades aptas a receber o selo do Programa
Público alvo (beneficiários)	Produtor rural

Etapas

1. Cadastramento dos aplicadores

No mês de maio de 2010 realizou-se o preenchimento da “Ficha cadastral do aplicador” com o cadastramento e matrícula dos colaboradores (Mobilizadores) do SENAR nos Sindicatos Rurais e Supervisores Regionais.

2. Capacitação

Ocorreu com a participação de 50 aplicadores no treinamento sobre os temas do Programa Mãos que Trabalham nos dias 05 a 07/05/2010 na sede do SENAR-AR/MT. Neste momento foi assinado o Termo de Compromisso pelos aplicadores do MQT.

3. Reuniões informativas

Foram realizadas reuniões com Produtores Rurais para adesão ao Programa e agendamento de visitas nas propriedades, além de entrevistas com a finalidade de informar sobre a Agenda Rural de Trabalho Decente (legislação trabalhista e NR31).

4. 1ª visita técnica

Nos meses de maio e junho realizou-se a 1ª visita técnica, de 39 aplicadores a 464 propriedades rurais, com o questionário de entrevista devidamente preenchido juntamente com o produtor Rural e a



identificação das potencialidades e deficiências da sua propriedade, com envio posterior de check list à CNA.

5. 2ª visita técnica

Nos meses de junho e setembro realizou-se a 2ª visita técnica complementar por 37 aplicadores a 428 propriedades rurais, com envio posterior de check list à CNA.

6. Pagamentos

Nos meses de agosto e setembro foram realizados os pagamentos referentes a 1ª visita e a 2ª visita aos aplicadores pelos serviços executados às propriedades.

Finalizando o Programa, foram enviados ao Instituto CNA os check list dos diagnósticos efetuados nas propriedades, e a visita deste às propriedades candidatas a receber o selo.

Programa 012 - Programa Sindicato Forte

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover a capacitação em gestão e liderança de produtores rurais envolvidos com a direção de entidades de classe
Objetivo Específico	<ul style="list-style-type: none">• Realizar o diagnóstico dos Sindicatos Rurais para verificação de sua atuação como entidade de classe• Capacitar os Dirigentes Sindicais em habilidades de gestão e liderança• Capacitar os Colaboradores Sindicais em habilidades de gestão, organização e atendimento• Realizar planejamento estratégico norteado pela etapa diagnóstico• Elaborar projeto específico para implantação do planejamento estratégico no Sindicato Rural
Gerente do Programa	Superintendente
Gerente Executivo	Gerente Técnico
Responsável pelo no âmbito da UJ	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">• Quantidade de adesão de Sindicatos Rurais• Eventos programados e realizados• Número de participantes atendidos• Desistência, evasão, aprovação e reprovação• Implantação do projeto
Público alvo (beneficiários)	Produtor rural líder de entidades de classe



O Programa Sindicato Forte constitui-se em uma ferramenta disponibilizada aos Sindicatos Rurais, com o objetivo de auxiliar na mudança de paradigmas, dadas às constantes mudanças no cenário rural. O SENAR tem como propósito contribuir para o crescimento desse seu parceiro, até porque o objeto dessa colaboração é o produtor rural.

Além das etapas de sensibilização dos dirigentes, o Programa tem as etapas de Diagnóstico, de Capacitação dos Dirigentes Sindicais, Capacitação dos Colaboradores Sindicais, Planejamento Estratégico (Projeto) e por fim a formação de um Grupo Gestor.

No Mato Grosso foi realizado no dia 06 de novembro de 2009 a etapa de sensibilização com a palestra do Sr Omar Hennemann, com a presença dos Sindicatos Rurais convidados para a Apresentação do Programa sendo eles: Tangará da Serra; Poconé; Barra do Bugres; Cáceres; Campo Verde; Cuiabá; Nossa Senhora do Livramento; Jaciara; Rosário Oeste; São José dos Quatro Marcos; Santo Antônio do Leverger; Campo Novo do Parecis; e Araputanga.

Ficou sob a responsabilidade do Sindicato convidado oficializar seu interesse no referido Programa, bem como participar de todas as etapas previstas na metodologia.

A metodologia do Programa prevê 06 etapas, sendo elas: Sensibilização, Diagnóstico, Capacitação dos Dirigentes Sindicais, Capacitação dos Colaboradores Sindicais, Planejamento Estratégico (projeto) e por fim a formação de um Grupo Gestor.

Foram capacitados pelo Programa dois colaboradores e três educadores em Brasília sobre o conteúdo programático relacionado com todas as etapas constantes do mesmo.

A etapa de diagnóstico foi realizada em treze Sindicatos Rurais. Após a realização desta etapa e a tabulação desses dados, o Programa foi interrompido.

A análise dos dados levantados no diagnóstico revelou que os Sindicatos Rurais do Mato Grosso, necessitariam de outra metodologia para abordagem das dificuldades identificadas.

O mesmo diagnóstico ajudará a embasar a formatação de um novo programa que contemplará as particularidades regionais da formação em gestão e liderança. Esse programa receberá a denominação de Academia de Liderança Sindical.

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Marciel Becker
Gerente Aprendizagem Rural

Rodrigo Fischdick
Gerente de Projetos



2.3 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.3.1 Programação Orçamentária da Despesa

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Mato Grosso – SENAR-AR/MT	N/A	N/A

2.3.1.1 Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	4.275.000,00	4.560.000,00	20.690.000,00	18.745.000,00
	PLOA				
	LOA				
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Total		4.275.000,00	4.560.000,00	20.690.000,00	18.745.000,00

2.3.1.2 Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital	
		4 – Investimentos	
		Exercícios	
		2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	3.000.000,00	650.000,00
	PLOA		
	LOA		
CRÉDITOS	Suplementares		
	Especiais	Abertos	
		Reabertos	
	Extraordinários	Abertos	
		Reabertos	
Créditos Cancelados			
Outras Operações			
Total		3.000.000,00	650.000,00

2.3.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	24.965.000,00	23.305.000,00	3.000.000,00	650.000,00
	PLOA				
	LOA				
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraord.	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Total					



2.3.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.3.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.3.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	6.962.479,65	84.590,58	6.962.479,65	84.590,58
Convite	899.612,55		899.612,55	
Tomada de Preços				
Concorrência	6.062.867,10		6.062.867,10	
Pregão		84.590,58		84.590,58
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	32.001,90	45.175,92	32.001,90	45.175,92
Pagamento de Pessoal	1.925.128,30	2.163.411,88	1.925.128,30	2.163.411,88
Pagamento em Folha	1.724.613,00	2.106.728,33	1.724.613,00	2.106.728,33
Diárias	200.515,30	56.683,50	200.515,30	56.683,50
Outros				

2.3.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	4.948.673,03	5.814.597,45	4.948.673,03	5.814.597,45
Salário e Vantagens fixas	2.815.876,68	3.110.423,09	2.815.876,68	3.110.423,09
Encargos Sociais Direto	1.871.511,53	2.103.923,65	1.871.511,53	2.103.923,65
Outros encargos	261.284,82	600.250,71	261.284,82	600.250,71
2 – Outras despesas correntes	16.103.281,00	13.168.732,00	16.103.281,00	13.168.732,00
Materiais de consumo	3.148.968,00	1.076.654,64	3.148.968,00	1.076.654,64
Serviço Terceiro PJ	11.140.760,00	10.046.732,50	11.140.760,00	10.046.732,50
Serviço Terceiro PF	352.748,00	478.139,90	352.748,00	478.139,90
Demais elementos	1.460.805,00	1.567.207,96	1.460.805,00	1.567.207,96



2.3.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010
3 – Investimentos	1.698.029,00	(1.815.931,02)	1.698.029,00	(1.815.931,02)
Bens móveis	1.377.658,00	108.162,01	1.377.658,00	108.162,01
Bens imóveis	1.539.018,00	7.834,00	1.539.018,00	7.834,00
(-) Depreciação / baixas	(1.218.647,00)	(1.931.926,03)	(1.218.647,00)	(1.931.926,03)

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Karin Fischdick
Gerente Financeira

João Conceição Alencastro
Contador – CRC/MT 001283-O/1



3. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

3.1 Composição de Recursos Humanos

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	21	21	13	12	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	-	-
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	05	-	18	34	13	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.



Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MT
Relatório de Gestão do exercício de 2010

Tipologias / Exercício	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	2.274.762,12	-	120.243,03	-	-	1.579.083,64	-	3.974.088,78
2009	2.952.294,35	-	141.412,25	-	12.506,06	1.842.460,37	-	4.948.673,03
2010	3.109.853,79	-	149.075,77	-	21.579,29	2.534.088,60	-	5.814.597,45
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-



3.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR-AR/MT													
UG/Gestão: GERAD/EAPAD							CNPJ:032641730001-78						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	007/2009	08.010.477/00 01-60	15/4/09	14/4/10		X					A
2008	V	O	022/2008	00.332.087/ 0005-28	16/5/09	15/5/10		X					P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Darlan Machado Godoy
Gerente Administrativo



4. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

4.1 Transferências efetuadas no exercício

4.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Valores em R\$

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural								
CNPJ: 04264173/0001-78								
Informações sobre as transferências								
Mod.	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
		Global	Contrap.	No exercício	Acum. até exerc.	Início	Fim	
4	Centro Equestre de Várzea Grande	2.000 (mensal)	-	20.000,00	-	30/12/2009	30/12/2010	1
4	Sindicato Rural de Cuiabá/Centro Hipico de Cuiabá	2.000 (mensal)	-	24.000,00	-	18/12/2008	18/12/2010	1
4	Sindicato Rural de Santo Antonio de Leverger/Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Leverger	2.000 (mensal)	-	18.000,00	-	30/12/2009	30/12/2010	1
4	Sociedade Hipica Rancho Dourado	2.000 (mensal)	-	22.000,00	-	06/07/2009	06/07/2010	1
4	Sindicato Rural de Sorriso/APAE	3.000 (mensal)	-	-	-	05/10/2010	05/10/2011	1
4	Sindicato Rural Tangará da Serra / APAE (Aditivo Julho de 2010 a Julho de 2011)	3.000 (mensal)	-	36.000,00	-	31/07/2009	31/07/2010	1
4	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO	363.000,00	-	363.000,00	-	12/04/2010	30/09/2010	1

LEGENDA	
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso	Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado

Os termos de cooperação descritos na tabela acima são instrumentos utilizados por esta regional de acordo com regulamento próprio. Desta forma não condiz com a descrição da modalidade Termo de Cooperação do TCU.



4.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural						
CNPJ: 04264173/0001-78				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Termo de Cooperação	26	40	07	1.256.236,00	2.744.314,00	483.000,00

4.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural					
CNPJ: 04264173/0001-78			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrum. c/ vigência em 2011 e seguintes	Valores em R\$			% do VI global repassado até o final do exerc. de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Termo de Cooperação	03	627.000,00	483.000,00	57.000,00	77%

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Marciel Becker
Gerente Aprendizagem Rural

Rodrigo Fischdick
Gerente de Projetos



5. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

5.1 Declaração de bens e rendas (DN 63/107, Lei 8.730)

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os integrantes do Rol de Responsáveis pelo SENAR-AR/MT, estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendas de que trata a Lei nº 8.730/93, Instruções Normativas nº 63 de 01/09/2010 e decisões Normativas nº 107 de 27/10/2010, todas do tribunal de Contas da União -TCU

Cuiabá, 31 de maio de 2011

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

6. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

6.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
		1	2	3	4	5
Ambiente de Controle						
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			

Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			



Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Considerações gerais:</p> <p>A UJ está em fase de elaboração da Matriz de Negócios, para definição das Metas Corporativas e respectivo desdobramento nas Metas Gerenciais.</p> <p>Adicionalmente, foi identificado que embora existam normas e procedimentos formais para os processos críticos, há necessidade de estruturar um Sistema de Controles Internos para adequada manutenção e monitoramento. Por esse motivo, a UJ iniciou processo para contratação de Assessor de Controles internos.</p>					
<p>LEGENDA - Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Karin Fischdick
Gerente Financeira

Darlan Machado Godoy
Gerente Administrativo

Rodrigo Fischdick
Gerente de Projetos

Marciel Becker
Gerente Aprendizagem Rural

7. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none">• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i> Item 5 a 10 – a UJ está sediada em imóvel construído recentemente e trabalha com recursos que minimizam os consumos de água e energia elétrica					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Darlan Machado Godoy
Gerente Administrativo



8. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU N°107, de 27/10/2010

8.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

Valores em R\$

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
Brasil	UF 1	MT	MT
	Barra do Garças	20.000,00	9.000,00
	Colíder	-	10.000,00
	Juína	10.000,00	9.000,00
	Ribeirão Cascalheira	5.000,00	8.000,00
	Rondonópolis	20.000,00	11.183,13
	São J. Quatro Marcos	10.000,00	7.920,00
	Sorriso	16.437,50	9.000,00
Subtotal Brasil		81.437,75	64.103,13
Exterior	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		81.437,75	64.103,13

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Darlan Machado Godoy
Gerente Administrativo

9. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU N° 107, de 27/10/2010

9.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	6				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				



Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Considerações Gerais: As atividades afetas à Gestão de T.I e desenvolvimento de planejamento estratégico tem sido implantadas no exercício 2011 por intermédio da nova gestão.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Darlan Machado Godoy
Gerente Administrativo



10. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

10.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					



10.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Priscilla Aline Nees Póvoas
Assessora Jurídica



B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

11. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

11.1 Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural			
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Cuiabá	Data	05/05/2011
Contador Responsável	João Conceição Alencastro	CRC n°	1283-O/1

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Karin Fischdick
Gerente Financeira

João Conceição Alencastro
Contador – CRC/MT 001283-0/1



12. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

12.1 Demonstrações contábeis previstas na Lei no. 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC no. 1.133/2008 (NBCT 16.6)

Balanco Orçamentário - Quadro de despesa autor. c/ realizada por natureza gastos exercício 2010

Subfunção/programa/ação	Orçada	Realizada	p/mais	p/menos
122- Administração Geral	3.510.000,00	2.808.257,61		701.742,39
0750- Apoio Administrativo	3.510.000,00	2.808.257,61		701.742,39
8701- Manutenção de Serviços Administrativos	1.350.000,00	942.103,47		407.896,53
1 Pessoal e Encargos Sociais				
3 Outras Despesas Correntes	1.300.000,00	942.103,47		357.896,53
4 Investimentos	50.000,00			50.000,00
5 Inversões Financeiras				
8711- Gestão Administrativa	200.000,00	114.217,08		85.782,92
1 Pessoal e Encargos Sociais				
3 Outras Despesas Correntes	200.000,00	114.217,08		85.782,92
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				
8777- Pág. De Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas-Área Administrativa.	1.960.000,00	1.751.937,06		208.062,94
1 Pessoal e Encargos Sociais	1.960.000,00	1.697.937,06		208.062,94
3 Outras Despesas Correntes				
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				
128 – Formação de Recursos Humanos	200.000,00	148.038,87		51.961,13
0801 – Formação de Gerentes e Serviços				
8718- Capacitação de Recursos Humanos	200.000,00	148.038,87		51.961,13
1 Pessoal e Encargos Sociais				
3 Outras Despesas Correntes	200.000,00	148.038,87		51.961,13
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				
131- Comunicações Social	350.000,00	104.234,27		245.765,73
0253- Serviço de Comunicação de Massa	350.000,00	104.234,27		245.765,73
8719- Divulgação de Ações Institucionais	350.000,00	104.234,27		245.765,73
1 Pessoal e Encargos Sociais				
3 Outras Despesas Correntes	350.000,00	104.234,27		245.765,73
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				
301- Atenção Básica	300.000,00	268.912,78		31.087,22
0100- Assistência ao Trabalhador	300.000,00	268.912,78		31.087,22
8703- Assist. Médica e Odonto. A servidores, empregados e seus dependentes	300.000,00	268.912,78		31.087,22
1 Pessoal e Encargos Sociais	300.000,00			
3 Outras Despesas Correntes		268.912,78		31.087,22
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				



Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MT
Relatório de Gestão do exercício de 2010

Subfunção/programa/ação	Orçada	Realizada	p/mais	p/menos
306 – Alimentação e Nutrição	310.000,00	265.242,54		44.757,46
0100 – Assistência ao Trabalhador	310.000,00	265.242,54		44.757,46
8705- Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	310.000,00	265.242,54		44.757,46
1 Pessoal e Encargos Sociais				
3 Outras Despesas Correntes	310.000,00	265.242,54		44.757,46
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				
331- Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.955.000,00	2.856.055,11		1.098.944,89
0100- Assistência ao Trabalhador		2.856.055,11		1.098.944,89
8706- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	45.000,00	14.088,00		30.912,00
1 Pessoal e Encargos Sociais				
3 Outras Despesas Correntes	45.000,00	14.088,00		30.912,00
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				
0108- Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador	3.910.000,00	2.841.967,11		1.068.032,89
8788- Promoção Social Rural				
1 Pessoal e Encargos Sociais				
3 Outras Despesas Correntes	3.910.000,00	2.841.367,11		1.068.032,89
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				
333- Empregabilidade	15.050.000,00	10.969.461,18		4.080.538,82
0101- Qualificação Profissional do Trabalhador				
8729- Qualificação Profissional na Área da Agropecuária e Agroindústria	15.050.000,00	10.969.461,18		4.080.538,82
1 Pessoal e Encargos Sociais	2.600.000,00	2.565.408,64		37.959,66
3 Outras Despesas Correntes	11.850.000,00	8.407.394,84		
4 Investimentos	600.000,00			3.442.579,16
5 Inversões Financeiras				600.000,00
366 – Educação de Jovens e Adultos	280.000,00	85.903,90		194.096,10
0108 – Melhoria de Qualidade de Vida do Trabalhador				
Cursos de Alfabetização	280.000,00	85.903,90		
1 Pessoal e Encargos Sociais				
3 Outras Despesas Correntes	280.000,00	85.903,90		194.096,10
4 Investimentos				
5 Inversões Financeiras				
Subtotal	23.955.000,00	17.506.106,26		6.448.893,74
Despesas Não Operacional		1.477.223,19	1.477.223,19	
Depreciação Acumulada				
Total	23.955.000,00	18.983.329,45	1.477.223,19	6.448.893,74



Balanco orçamentário - Quadro comparativo da receita orçada com arrecadado exercício 2010.

Código	Títulos	Orçada	Arrecadado	p/ mais	p/menos
1.000.00.00	Receitas correntes	23.805.000,00	21.470.544,08	3.548.819,63	5.883.275,55
1.200.00.00	Receitas contribuições	16.350.000,00	19.706.159,70	3.356.159,70	
1.210.00.00	Contribuições sociais	16.350.000,00	19.706.159,70	3.356.159,70	
1.210.32.00	Contribuições rurais				
1.210.32.02	Contrib. s/prop.rural				
1.210.39.00	Contrib. p/SENAR	16.350.000,00	19.706.159,70	3.356.159,70	
1.300.00.00	Receita patrimonial	550.000,00	565.995,14	15.995,14	
1.320.00.00	Receita valores mobiliários	550.000,00	565.995,14	15.995,14	
1.321.00.00	Juros de títulos de renda	550.000,00	565.995,14	15.995,14	
1.700.00.00	Transferências correntes		102.000,00	102.000,00	
1.760.00.00	Transferência de convênios		102.000,00	102.000,00	
1.764.00.00	Transf. Conv. Inst. Privadas		102.000,00	102.000,00	
1.900.00.00	Outras receitas Correntes	6.905.000,00	1.096.389,24	74.664,79	5.883.275,55
1.920.00.00	Inden. e restituições	400.000,00	383.683,89	74.664,79	90.980,90
1.921.00.00	Indenizações	100.000,00	9.019,10		90.980,90
1.922.00.00	Restituições	300.000,00	374.664,79	74.664,79	
1.990.00.00	Receitas diversas	6.505.000,00	712.705,35		5.792.294,65
1.990.99.00	Outras receitas	6.505.000,00	712.705,35		5.792.294,65
2.000.00.00	Receitas de capital	150.000,00	984,65		149.015,35
2.200.00.00	Alienação de bens	150.000,00	984,65		149.015,35
2.210.00.00	Alienação bens móveis	150.000,00	984,65		149.015,35
2.219.00.00	Alienação outros bens móveis	150.000,00	984,65		149.015,35
	Totais	23.955.000,00	21.471.528,73	3.548.819,63	6.032.290,90



Balanco financeiro exercício 2010

Título	Valores R\$
Receita	21.603.127,19
Orçamentária	21.471.528,73
Receitas correntes	21.470.544,08
Receita de contribuições	20.015.159,70
Receita patrimonial	565.995,14
Receita de serviços	
Transferências correntes	
Outras receitas correntes	889.389,24
Receita de capital	984,65
Alienação de bens	984,65
Extra-orçamentária	131.598,46
Restos a pagar	2.189,23
Fornecedores	82.564,02
Serviço da dívida a pagar	
Depósitos de diversas origens	
Consignações	2.296,61
IRRF	2.296,61
Outras	
Credores da entidade	
Entidades públicas credoras	998,00
INSS	
FGTS	
ISS	998,00
Outras	
Outras operações	43.550,60
Diversos responsáveis	
Variações patrimoniais ativas	
Saldo do exercício anterior	
Disponível	6.275.496,51
Caixa	
Banco com movimento	212.281,32
Aplicações financeiras	6.063.215,19
Total dos recursos	27.878.623,70



Balanco financeiro exercício 2010

Título	Valores R\$
Despesas	18.412.425,31
Orçamentária	17.622.102,27
Despesas correntes	17.506.106,26
Pessoais e encargos sociais	5.814.597,45
Outras despesas correntes	11.691.508,81
Despesas de capital	115.996,01
Investimentos	115.996,01
Inversões financeiras	
Transferências de capital	
Reservas	
Reservas de contingências	
Extra-orçamentária	
Dívida flutuante	790.323,04
Restos a pagar	
Fornecedores	
Serviço da dívida a pagar	
Depósitos de diversas origens	8.415,29
Diversos responsáveis	
Devedores da entidade	
Entidades públicas credoras	279.331,28
Títulos federais	
Outras operações	502.575,47
Saldo para o exercício seguinte	
Disponível	9.466.198,39
Caixa	998,76
Banco com movimento	67.665,30
Aplicações financeiras	9.397.534,33
Total das aplicações	27.878.623,70



Balanco Patrimonial comparado exercício 2010

Títulos	Saldo Anterior	Saldo Exercício	Variações	
			p/mais	p/menos
Ativo financeiro	10.304.553,71	13.997.831,06	3.837.893,37	144.616,02
Disponível	6.275.496,51	9.466.198,39	3.335.317,90	144.616,02
Caixa		998,76	998,76	
Bancos com movimento	212.281,32	67.665,30		144.616,02
Bancos c/ convênios				
Res. P/suprimento (fundo de caixa)				
Disponível vinc. C/c bancaria	6.063.215,19	9.397.534,33	3.334.319,14	
Bancos c/vinculadas				
Bancos c/vinc. A aplic. Financeira	6.063.215,19	9.397.534,33	3.334.319,14	
Realizável a curto prazo	4.029.057,20	4.531.632,67	502.575,47	
Diversos responsáveis				
Devedores da entidade				
Entidades públicas devedoras				
Títulos federais				
Outros valores a realizar	4.029.057,20	4.531.632,67	502.575,47	
Bens e valores	4.029.057,20	4.531.632,67	502.575,47	
Ativo permanente	17.552.833,16	16.148.055,38		1.404.777,78
Bens patrimoniais	17.552.833,16	16.148.055,38		1.404.777,78
Bens móveis	3.011.363,65	2.504.308,70		507.054,95
Bens imóveis	14.541.469,51	13.643.746,68		897.722,83
Soma do ativo real	27.857.386,87	30.145.886,44	3.837.893,37	1.549.393,80
Saldo patrimonial				
Patrimônio (passivo,real a descob. Subtotal)				
Ativo compensado				
Valores em poder de terceiros				
Valores de terceiros				
Valores de obrigações diversas				
Valores contrat. Com terceiros				
Total do ativo	27.857.386,87	30.145.886,44	3.837.893,37	1.549.393,80



Balanco Patrimonial comparado exercício 2010

Títulos	Saldo Anterior	Saldo Exercício	Variações	
			p/mais	p/menos
Passivo financeiro	956.383,75	756.684,04	88.047,86	287.747,57
Dívida fluante	956.383,75	756.684,04	88.047,86	287.747,57
Restos a pagar		2.189,23	2.189,23	
Fornecedores	99.449,25	182.013,27	82.564,02	
Depósito de diversas origens				
Consignações	102.866,12	96.747,44	2.296,61	8.415,29
IRRF	56.419,36	58.715,97	2.296,61	
Outras	46.446,76	38.031,47		8.415,29
Credores da entidade				
Entidades públicas credoras	754.068,38	475.734,10	998,00	279.332,28
INSS	356.209,37	319.148,30		37.061,07
FGTS	75.942,29	42.290,63		33.651,66
ISS	41.621,98	42.619,98	998,00	
Outras	280.294,74	71.675,19		208.619,55
Resultado pendente a longo prazo				
Depósitos exigíveis a longo prazo				
Obrig. Exigíveis a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos				
Soma do passivo real	956.383,75	756.684,04	88.047,86	287.747,57
Saldo patrimonial				
Patrimônio (ativo real líquido subtotal)	26.901.003,12	29.389.202,40	2.488.199,28	
Passivo compensado				
Valores em poder de terceiros				
Valores de terceiros				
Valores de obrigações diversas				
Valores contratados c/ terceiros				
Outros compensados				
Total do passivo	27.857.386,87	30.145.886,44	2.576.247,14	287.747,57



Demonstração das variações patrimoniais Exercício 2010

Título	Valores
Variações ativas	21.587.524,74
Resultantes da execução orçamentária	25.587.524,74
Receita orçamentária	21.471.528,73
Receitas correntes	21.470.544,08
Receita de contribuições	19.706.159,70
Receita patrimonial	565.995,14
Receita de serviços	
Transferências correntes	102.000,00
Outras receitas correntes	1.096.389,24
Receita capital	984,65
Alienação de bens	984,65
Mutações patrimoniais	115.996,01
Aquisição de bens móveis	115.996,01
Independente da execução orçamentária	
Inscrição da dívida ativa	
Incorporação da dívida ativa	
Cancelamento de dívidas passivas	
Diversas	
Resultado patrimonial	
Déficit do exercício	
Total	21.587.524,74



Demonstração das variações patrimoniais Exercício 2010

Título	Valores R\$
Variações passivas	19.099.325,46
Resultantes da execução orçamentária	17.622.102,27
Despesa orçamentária	17.622.102,27
Despesas correntes	17.506.106,26
Despesas de custeio	5.814.597,45
Pessoal e encargos sociais	11.691.508,81
Despesa da capital	115.996,01
Investimentos	115.996,01
Mutações patrimoniais	
Independência da execução orçamentária	1.477.223,19
Cancelamento da dívida ativa	
Baixa de bens	
Encampação de dívidas passivas	
Diversas	1.477.223,19
Resultado patrimonial	
Superávit do exercício	2.488.199,28
Total	21.587.524,74

Tiago Mattosinho Corrêa
Superintendente

Karin Fischdick
Gerente Financeira

João Conceição Alencastro
Contador – CRC/MT 001283-0/1



Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MT

**13. Parte B, Item 5, do Anexo II da
DN TCU N.º 107, de 27/10/2010**

**13.1 Parecer da auditoria independente sobre as
demonstrações contábeis**